

ATA DA NONAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA, DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA, REALIZADA NO DIA ONZE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO ÀS DEZOITO HORAS.

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas, sob a Presidência do Senhor Vereador **Renato Barrera Sobrinho**, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, e presentes os demais membros da Mesa Diretora: Vice-Presidente, Vereador **Márcio Henrique Eiti Iquegami**; Primeiro Secretário, Vereador **Hélio Lisse Júnior**; Segundo Secretário, Vereador **Héilton de Souza**; e com as presenças dos Senhores Vereadores **Edna Marques da Silva, João Luiz Stellari, João Paulo Morelli, José Roberto Pimenta, Leandro Marcelo dos Santos e Tarcísio Cândido de Aguiar** realizou-se, de maneira mista, ou seja, presencial e tele presencial, a Nonagésima Oitava Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa, Décima Oitava Legislatura da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia. O Vereador Márcio Henrique Eiti Iquegami participou da sessão de maneira tele presencial. Feita a chamada e, verificado haver número regimental, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", dá por iniciados os trabalhos, e procede a leitura de um trecho do Santo Evangelho. Iniciando os trabalhos, passa-se à apreciação da Ata da Nonagésima Sexta Sessão Ordinária do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. A ata é colocada em discussão. Não havendo oradores, em votação, sendo **aprovada** pela unanimidade dos Senhores Vereadores presentes em Plenário. Continuando os trabalhos, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda a leitura das Ementas dos Projetos constantes do expediente. **Projeto de Lei nº 6072/2024**, avulso nº 18/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de créditos suplementares. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação. **Projeto de Lei nº 6073/2024**, avulso nº 19/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de créditos especiais e suplementares. O Projeto é encaminhado à

Comissão de Justiça, Legislação e Redação. **Projeto de Lei nº 6074/2024**, avulso nº 20/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de créditos suplementares. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação. **Projeto de Lei nº 6075/2024**, avulso nº 21/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de créditos especiais. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação. **Projeto de Lei nº 6076/2024**, avulso nº 22/2024, de autoria do Executivo, que institui o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras e dá outras providências. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação.

Prosseguindo os trabalhos, passa-se a leitura do resumo das **Requerimentos**. Nos termos do artigo 237, Inciso II, alínea i, do Regimento Interno, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda à leitura do Resumo dos **Requerimentos** apresentadas salientando que as mesmas seriam encaminhadas aos setores competentes, para as providências cabíveis, pois já haviam sido deferidas pela Presidência: **95/2024**, de autoria do Vereador Renato Barrera Sobrinho. **104/2024**, de autoria do Vereador Héilton de Souza. Esgotados os Requerimentos, passa-se a leitura do resumo das Indicações. Nos termos do artigo 237, inciso III, alínea b, do Regimento Interno, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda à leitura do Resumo das **Indicações** apresentadas salientando que as mesmas seriam encaminhadas aos setores competentes, para as providências cabíveis, pois já haviam sido deferidas pela Presidência: **289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 318, 319, 320, 321, 322 e 346/2024**, de autoria da Vereadora Edna Marques da Silva. **297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 323, 343, 344, 345 e 347/2024**, de autoria do Vereador Renato Barrera Sobrinho. **306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 363, 364 e 365/2024**, de autoria do Vereador José Roberto Pimenta. **324, 325, 326, 327 e 328/2024**, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior. **329, 330, 331, 332, 333, 334, 366, 367, 368 e 369/2024**, de autoria do Vereador Leandro Marcelo dos Santos. **335, 336, 337, 338, 339, 340, 341 e 342/2024**,

de autoria do Vereador Héilton de Souza. **348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361 e 362/2024**, de autoria do Vereador Márcio Henrique Eiti Iquegami. Esgotadas as matérias constantes do Expediente, passa-se, a seguir, aos **minutos regimentais** a que têm direito os Senhores Edis para fazer uso da palavra. Usam da palavra os Vereadores: **Edna Marques da Silva:** (sem revisão do orador: 18:07) "Boa noite a todos. Boa noite à mesa, senhor Presidente, aos novos pares. Boa noite àqueles que nos assistem pelas redes sociais. Boa noite aqui à nossa plateia, em nome da Erica, cumprimento toda a nossa plateia aqui presente. Eu quero usar esse tempo para cumprimentar especialmente as mulheres pela passagem do Dia da Mulher, da última sexta-feira, e para falar do nosso evento que foi realizado pelo meu partido União Brasil, que foi o Encontro de Lideranças Femininas realizado no dia 7, no Termas dos Laranjais. No encontro, nós conseguimos reunir mais de 400 mulheres para fortalecer a representatividade feminina na política. Nosso encontro tinha esse viés e esse objetivo de fortalecer a representatividade feminina. A população feminina é até superior a 50% da população masculina, e nós não temos essa representatividade nem no Legislativo, nem no Executivo. Então, esse movimento que o União Brasil está fazendo é para fortalecer e incentivar que outras mulheres venham também para a política, para os espaços de discussões. Então foi um evento muito bonito, realizado no dia 7, e que esse evento possa trazer incentivo para que outras mulheres também se inspirem a entrar na política pela porta da frente, para fazer os movimentos, trazer as pautas femininas que precisam ser discutidas e debatidas tanto no Legislativo como no Executivo. Boa noite, obrigada." **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 18:09) "Boa noite a todos. Pessoa, secretário Fernando Bachega, quero cumprimentar o nosso público seletivo, aos internautas que nos acompanham. Eu venho aqui nessa tribuna, mas para fazer um esclarecimento, porque imputar ao vereador coisa que ele não praticou ou um secretário só tem uma conotação, desqualificar. E eu, muito tranquilamente, relativo à concessão da área azul, tenho consciência de que não elaborei o plano de concessão e não está lá no termo de referência eu

secretariando o Executivo nesse sentido. Mas também sei, e é uma verdade, que todos os vereadores dessa casa, com exceção do Lourão, votaram a favor da concessão. Então, essa concessão esteve sim a aprovação do Legislativo com quase 100% de votação, com exceção do Lourão, que lembro das suas palavras, que falou: "isso vai ser igual o cemitério. Eu não gosto de concessão". E assim o fez. Mas querem - isso tem uma desqualificação - imputar que eu é que fiz, e eu não sou o pai da criança. E mais do que isso, a área azul foi implantada na nossa cidade em 2015, quando não era esse prefeito. E eu também me recordo, quando secretário por quatro meses, que o comércio fez uma reunião comigo e realmente representantes do comércio, principalmente a Dona Maria - eu vou encerrar - da Casa Fucci, declarou que estava uma bagunça, que ela tem outra propriedade, outra loja, e que ela queria ver naqueles moldes da outra cidade, salvo engano, Araraquara ou Araçatuba. Então, que fique aqui bem registrado, não é, Edna? O que a gente faz tem que assumir a responsabilidade, mas imputar só para desqualificar a pessoa, isso para mim é falta de honestidade com a sua própria palavra. Muito obrigado." **Héilton de Souza:** (sem revisão do orador: 18:13) "Boa noite a todos. Queria agradecer ao vereador Hélio Lisse pelas palavras. Só para recordar a população de Olímpia, quando foi feita a concessão da famosa zona azul, eu fui contra, porque o projeto na época não estava bem claro, determinou algumas coisas, ainda coloquei uma emenda para revogar os 10 anos para 5 anos. Queria agradecer ao Hélio Lisse e o Tarcísio, na época, que votou a favor da minha emenda também, para deixar bem claro. Parece que eu estava adivinhando as possibilidades e a confusão que ia dar. E, por incrível que pareça, deu. Muitos comerciantes reclamando, a população de Olímpia reclamando também. Eu acho que aí falta o bom senso da empresa que ganhou a licitação sentar com os comerciantes, ter aqueles minutinhos de intolerância, aqueles 20 segundos, 30 segundos. Todo mundo sai ganhando, ninguém fica bravo com ninguém. E eu falo aqui, acho que todas as decisões que a gente toma aqui, não só eu, como todos os vereadores, é nunca prejudicar a população de Olímpia, sempre pensando no melhor. Às vezes pode dar confusão, às vezes não pode dar certo, mas acho que o que a

gente faz aqui é tudo para acertar e não para errar. Somos muito cobrados diariamente, final de semana, domingos, feriados. Não temos dias, somos cobrados de noite. E acho que por isso, quando vem um projeto polêmico aqui, a gente tem que estudar, ver certinho, para não cometer erros. E deixando para os comerciantes bem claro que, na época, propôs que alguns moradores que moram no centro também, que tivessem o privilégio de não pagar a zona azul, mas também foi proibido de pôr, mas está bom. Assim vamos por aí. Quero deixar bem claro, se tiver a favor da população, pode contar comigo. Se não, a gente pensa, senta, conversa e vê o que é o melhor para todo mundo. Boa noite aí.” **João Paulo Morelli:** (sem revisão do orador: 18:16) “Boa noite a todos os nobres vereadores. Em nome da nossa colega Edna, eu cumprimento todos os vereadores, o pessoal da plateia aí, Rubinho, o secretário Bachega, todo o nosso pessoal que está aqui presente. Obrigado pela presença. Nesse último dia 10, a gente iniciou um fato histórico em Ribeiro. Um torneio veterano que há muitos anos não tinha. Foram mais de 16 times, meu amigo Marcelo, inscritos, e o bicho pegou, viu? Foi canelada, chute foi a todo lado, mas reanimamos aquele distrito na questão do futebol. Futebol em Ribeiro, sempre o pessoal gosta muito, sempre esteve em primeiro plano o futebol no Ribeiro na questão de esporte. Tinha acabado, a gente resgatou com a reforma do campo e as melhorias. Então, nessa primeira etapa, 16 times estiveram participando com a gente. E quero agradecer a Guarda Municipal também, que esteve presente lá com a gente, ficou o dia inteiro lá, auxiliando a gente nessa primeira etapa do nosso torneio. E parabenizar os anjos da solidariedade também, que esteve ontem o bingo em pró das crianças. Eles fazem bingo, como se fosse mini quermesse para arrecadar fundo para poder ajudar a paz com a solidária, das crianças. Então parabéns aos anjos da solidariedade. Queria agradecer também o gerente Luiz da CPFL, que nos auxiliou. A gente tem bastante pedido de ruas, de moradores que acionam a gente pela parte escura, Marcelo. Luzes queimadas, e geralmente o morador tem essa dificuldade, porque se não tem o número do protocolo, não tem como de maneira alguma abrir a ordem de serviço, então é onde entra o papel do vereador. A gente junta

o Luiz, auxiliamos ele, conseguimos levantar essas ruas, a necessidade. Hoje, numa rua que tiver dois, três postes queimados, a escuridão é imensa. As luzes hoje da CPFL são essas luzes anti inseto, ela já não ilumina muito bem, ainda se tiver queimada piora ainda mais a situação. E aí corre o risco da parte da criminalidade e tem que trazer mais segurança à população. Então junto ao Luiz nós já recuperamos aí mais de 40 pontos que estavam na escuridão e auxiliamos com a CPFL para a gente estar estabelecendo essa questão dessa ordem. E em breve também, já foi licitado, a gente vai estar levando para Ribeira e Baguaçu a luz de LED, que é uma luz hoje muito moderna, econômica e se faz muito necessário. Obrigado a todos e uma boa noite.” **José Roberto Pimenta:** (sem revisão do orador: 18:19) “Boa noite a todos, todos os internautas, toda a mesa, a pessoa do Sargento Barrera, todos que estão aqui embaixo do presidente, todos que estão aqui, meu amigo Marcelo, meu amigo também que está lá em cima, Marquinho, todos que estão aqui presentes nessa casa de leis. Chegou em minhas mãos agora, cerca de 25 minutos, 18:00 o Ricardinho me entregou, que foi protocolado pelos perueiros, então não estive tempo de analisar. 18:00 foi entregue para mim, estava falando até com a minha amiga, vereadora Edna. Então, no início da sessão que foi entregue, estive nem tempo, Sargento Barrera, doutor Hélio, de olhar o documento, mas nós vamos estar olhando depois. Também quero dizer que o pessoal nos procurou para falar da empresa paulista, que não vem pagando férias para os funcionários, também a gente não tem nenhum documento para analisar, mas vamos ver se realmente isso procede. Eu sei que se a prefeitura também souber que não vem pagando, que às vezes os funcionários não fazem a denúncia, tenho certeza que a prefeitura também tomará todas as devidas providências, igual tomou nas outras empresas, como sempre toma as providências cabíveis. As férias, elas só são vencidas quando tem a segunda. Até a primeira a empresa tem o direito de pagar até o vencimento da segunda. A partir da segunda que ela se torna ilegal. Mas com certeza nós vamos fiscalizar também essa empresa para ver se realmente isso está acontecendo. Quero agradecer também, uma ótima semana a todas as pessoas aí. Vamos estar indo, juntamente com o

vereador Marcelo, em busca de recursos para o município de Olímpia. Vamos estar indo para Brasília e, com certeza, vamos estar trazendo novidade, emenda, recursos para o município de Olímpia. Uma boa semana a todos. Deus abençoe a todos.” **Leandro Marcelo dos Santos:** (sem revisão do orador: 18:22) “Boa noite aos nomes pares desta casa. Boa noite a todos os funcionários. Em nome do meu amigo Neguinho, nosso líder de Santa Cruz, desejo boa noite a todos do plenário. E nosso distrito também de Ribeiro dos Santos e Baguaçu. Volto a essa casa para fazer algumas colocações sobre a área azul. Primeiramente, eu nunca disse aqui na tribuna, vereador Zé Cocão, que eu sou contra a área azul. E nunca fugi da minha responsabilidade. Nós votamos aqui, sim. Nós votamos sim. Ninguém aqui está fugindo da sua responsabilidade. Aí disseram nas mídias sociais sobre decreto. Quem faz decreto é o prefeito, não é o vereador. Quem faz decreto é o prefeito, não é o vereador. E a nossa cobrança junto ao comerciante, à associação comercial, não é gerar briga com ninguém. É a tolerância de tempo que não está tendo na área central. Ninguém está querendo colocar funcionário da empresa para brigar com o morador. As pessoas propagam muita raiva, muito ódio nessa rede social. Ninguém aqui disse que é contra a área azul. Então, comerciante, população, tome cuidado com as pessoas que propagam ódio, que não sabem nem diferenciar o que é decreto. Então, eu não fujo das minhas responsabilidades, e não fico usando costa de ninguém para se aparecer, não. Porque a única coisa que nós estamos cobrando aqui é a tolerância que não está tendo com a população. Porque a área azul era para facilitar, sim, a rotatividade, não a extensão, porque a extensão não estava. E na época que foi citada quando criou a área azul, não existia a extensão de área azul. Era a área central. Então a única cobrança nossa, porque eu estive sábado na associação comercial, é que o comércio está preocupado com essa situação. E hoje mesmo, eu com a minha filha, ela demorou uns 5 minutos para poder fazer a compra no aplicativo. E nós estamos preocupados com o idoso que não sabe mexer. Se ele não sabe mexer, ele vai sair do carro. Ele vai sair do carro, onde ele vai? Ele vai comprar. E nesse tempo, ele vai ser multado? Então, gente, ninguém está generalizando. Vereador

aqui é para tentar solucionar. Só que hoje, infelizmente, a mídia social é isso aí. É muito mais fácil ficar na mídia social. E volto a repetir, eu não estou fugindo da minha responsabilidade, porque quem elaborou o decreto foi o senhor prefeito junto com o secretário da época. E só pra finalizar, senhor presidente. Inclusive, vou deixar bem claro aqui uma sugestão ao senhor presidente, que eu fui indagado, questionado aqui, que teria uma lei aí pra ter espaço para autoridade. Eu já estou falando aqui para todo mundo ouvir. Eu não quero espaço, eu não preciso de espaço. Vou pagar igual o povo. Vou pagar igual o povo. E sugiro ao senhor presidente que faça uma lista para as pessoas assinarem, porque eu não autorizei minha placa. Se alguém quer pegar meu nome lá, fica à vontade. Vou pagar igual ao povo." Assume a presidência o Vereador Hélio Lisse Júnior. **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 18:26) "Boa noite a todos os internautas que nos acompanham através das redes sociais. Boa noite, mesa diretora, nobres pares, funcionários desta casa, a minha família que me acompanha através das redes sociais, um boa noite, e ao Rubens, meu assessor, um boa noite a todos do plenário aqui. Parabéns, secretário Rubinho, secretário Bachega, por estarem presentes na sessão, é importante representantes do Executivo, inclusive na função que vocês exercem, estar presente na sessão acompanhando os trabalhos dos vereadores, também estar próximo. Já agradecer você, Bachega, pela sessão passada e retrasada, estive usando a tribuna, agradecendo os trabalhos da (zeladoria) [00:27:50], mas também pedindo para que se agilizasse o protocolo, devido ao volume de chuva que vem acontecendo, e o mato está crescendo, e estive acompanhando vários trabalhos já em andamento. Então, parabéns pelos trabalhos executados e atendendo sempre os vereadores. E ao Rubens Janota, a mesma coisa. Quero dar os parabéns por estar atendendo a gente e, dentro das solicitações, estar atendendo os vereadores aí e fazendo as coisas acontecerem à população de Olímpia e seus distritos. Queria aqui, em nome da minha esposa, minha filha e minhas netas, dar os parabéns às mulheres pelo seu dia, que foi dia oito. Vocês são símbolos de orgulho de toda a Olímpia e suas famílias. Hoje as mulheres estão empoderadas, vão

a campo, fazem acontecer e ainda tem que fazer o trabalho de casa. Parabéns então a todas vocês. Queria também agradecer a todas as pessoas que puderam estar presentes ali na quermesse da Paróquia São José. Houve um evento quarta, quinta, sexta, sábado e domingo. A todos que colaboraram, que puderam estar presentes ali, porque esse dinheiro é revertido à população de Olímpia, em especial às famílias mais carentes. Então fica aqui os nossos agradecimentos a quem pôde comparecer e contribuir para que esse evento pudesse acontecer. E aqui, estendo o meu sentimento à família do nosso querido saudoso advogado Léo Bom, que veio falecer essa semana, fica aqui os meus sentimentos a toda a sua família e a categoria de advogado que vivia ao seu redor. Meu sentimento a toda a família.” Reassume a presidência o Vereador Renato Barrera Sobrinho. **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:30) “Boa noite, senhoras, senhores, a todos da assistência. Em nome da senhora Augusta Alessi, gostaria de cumprimentar a todos, aos meus nobres pares, em nome do Lourão, meu amigo. Cumprimentar todos os senhores, em nome do meu amigo Leandro, cumprimentar todos os assessores que estão aqui na noite de hoje. Gostaria de falar, principalmente, sobre o projeto 6068, que inclusive votei favorável na última sessão, que eu estava online. Mas depois eu fui me aprofundar nesse tema, e é um tema que é muito perigoso, que a gente vote hoje, por isso eu fiz o pedido de vista desse tema, porque eu fui levantar algumas documentações. Vou falar aqui, do diário oficial do dia 16 de março de 2023, onde o município de Olímpia, ele regula o valor de 203 reais para um metro quadrado no Distrito Industrial 3, um terreno de 600 metros quadrados, que foi vendido ali, 203 reais. E cinco meses depois ele arbitra um valor de 587 reais para um terreno do Distrito Industrial 2, triplicando assim o valor do metro quadrado. E aí esteve uma licitação, uma empresa foi a favorecida lá, foi a empresa que ganhou, a empresa que tem o CNPJ 32.403.575/0001-96. E essa empresa, ela pagou 213 mil reais, se eu não me engano, no terreno. Só que naquele ano, ela não pagou nenhuma das de 72 reais. Como é que a empresa compra um terreno de 300 mil e não paga aquilo que ela deve para o estado de 72 reais? Nenhuma no mês. Ainda não declarou a declaração de

23, e o meu medo é o seguinte: quando a empresa compra um terreno, ela tem seis meses de carência para começar a construir, 36 meses para começar a pagar. E se essa empresa lá na frente acabar ficando com o terreno? Isso aqui está um pouco obscuro. Por quê? Porque você sai de 200 reais o metro quadrado para 600 e um mês depois disso entra um projeto aqui na nossa casa onde a gente estava comprando um imóvel do atual secretário ali, Fernando Bachega, que depois ganhou uma secretaria porque deve ter sido tolo aqui a compra do seu terreno. E hoje nós estamos comprando um imóvel para incubadora de 2 mil metros quadrados, só que 500 de área construída. Quer dizer o quê? Nós temos 11 incubados. Onde nós vamos colocar os 11 incubados? Em que lugar, se 500 metros quadrados de área construída, não dá para pôr 11 incubados? Se quer, põe 3, porque tem que ter rece... Presidente, me dá um minuto do meu tempo da liderança, por favor. Nós temos que ter recepção, área comum, banheiro, onde vamos colocar os onze incubados, Rubinho, me diz? Isso é contrato gente, então a prefeitura vende por 200 e começa a comprar por 600 por um acaso. Então o que eu venho pedir para essa casa não é para tirar, viu, líder do prefeito? Não é para tirar o projeto. Eu quero vista. Eu quero me aprofundar. Será que um vereador aqui em Olímpia não tem condições de se aprofundar nos projetos, meu presidente? O que eu peço para os nobres pares, Lourão, Hélio, Marcelo, Márcio, Estelar, João Paulo, Edna e Zé, é vista no processo. Pelo amor de Deus, me dá oito dias para estudar isso. Porque o Hélio falou que ia diminuir o custo. Sabe quanto a gente paga por mês por onze box? Cinco mil reais, é irrisório. Você vai deixar de pagar cinco mil para gastar um milhão e meio, para gastar mais um milhão e meio de construção? Pelo amor, gente, por favor. Me deem a vista para eu ver o projeto e ter mais tempo de a gente pensar nisso. É muito perigoso o que essa casa está fazendo. E depois o que acontece? Os vereadores ficam todos melindrados... Obrigado." Não havendo mais oradores nos três minutos regimentais, passa-se ao tempo das **Lideranças**. Usam da palavra os Vereadores: **Hélio Lisse Júnior**: (sem revisão do orador: 18:35) "Eu gostaria de manifestar aos senhores perueiros que a primeira indagação que eu fiz ao Departamento Jurídico da

Prefeitura é o que aconteceu no projeto, ou melhor, na licitação dos perueiros da nossa cidade. Até o momento, eu obtive como resposta nada de ilegalidades. Por isso que falei que tanto eu como a Edna, o João e outros que são operadores do direito, que nós, constatando o que o senhor trouxe e chegou, segundo o Zé Cocão, para essa Câmara, nós vamos fazer uma análise jurídica de acordo com a lei de licitação. Eu gostaria de esclarecer, com relação à última sessão do Amélia Dionísio, eu falei que o processo de tapa-buraco tinha iniciado, se encerrou, mas que a gravidade da qualidade do asfalto ali é tão ruim que vai precisar de um recape total daquele bairro. E falando em buscar solução para os problemas, que é o que os vereadores precisam, o problema da área azul, conforme outros já falaram, passou por essa casa, esteve um decreto, está tendo sim um manifesto contrário da nossa população, mas nós vereadores temos que correr atrás e ver o que pode ser feito. E eu estou correndo atrás, certo? Porque estou sendo cobrado como vereador, sabe, Barrera? E procurei pelo secretário João Brocanello Neto que é o secretário de segurança, trânsito e mobilidade. O João, em contato com a empresa Olimpark, obteve a seguinte resposta: "olha, nós estamos abertos para negociações e conversações". Então, se houve uma falha com relação às imediações da Santa Casa, se houve também nas imediações do fórum, o quê que pode acontecer? Ele já solicitou ao Departamento Jurídico como nós vamos resolver estas questões. E estas questões serão resolvidas. Nós vamos chegar a bom termo, viu Barrera? A empresa diz que abre mão, desde que dentro de uma tratativa jurídica permissível - sem problema, viu, João Luiz Stellari? - então isso é um grande passo para desonerar essas duas áreas que estão em conflito com a nossa cidade. Eu vou encerrar. Na Santa Casa... Na região da Santa Casa, a empresa já abriu mão, independente dessa mudança contratual de concessão, de três ou quatro vagas lá naquele setor. E nós vamos caminhar e vamos chegar a bom termo, viu, Tarcísio? É assim que o vereador tem que fazer. Abraço a todos." **Héilton de Souza:** (sem revisão do orador: 18:40) "Voltando nessa tribuna aqui para pegar umas palavrinhas rápidas para os amigos perueiros aí também. Assim que foi protocolado na secretaria, vou pedir uma cópia também para

analisar. Se precisar de mim amanhã cedo estou aqui à disposição e quiser conversar, não fujo da raia, não vai ser hoje que eu vou fugir. Só porque eu estou na base do prefeito, eu não tenho um cabresto, eu tomo as decisões que eu acho que tem que tomar e que é o certo. Foi assim que meu pai, meus familiares, me ensinaram a ser. Não só porque eu vim de um bairro humilde que eu vou obedecer quem tem poder, quem tem dinheiro, porque eu sei da dificuldade que as pessoas passam, eu sei da dificuldade do pessoal que vem de bairros, então por isso que eu tomo as minhas decisões e vou tomar o que for e que acho certo. Respondendo ao meu amigo Tarcísio, o projeto está aí faz alguns dias, já estudei, analisei, na minha opinião não tem nada de ilegalidade, por isso que eu voto a favor, viu, Tarcísio? E antes de tudo eu queria dar meus sinceros sentimentos à família do meu amigo doutor Léo, parceiro que quase toda semana que pudesse ia lá em casa tomar um café. Assim, quando ele ficou sabendo que eu ia sair candidato a vereador, me ligou, me xingou: "o que você vai fazer nesse lugar aí, rapaz? Você está preparado para fazer parte desse mundo aí?". Eu falei: "doutor, preparado acho que a gente, ninguém está. Mas para aprender, acho que a gente está preparado para aprender, para tomar as decisões, para xingar, para brigar, porque eu sei qual que é a dificuldade que os mais carentes passam". E é por isso que eu cobro. Quem sabe, está o dia a dia comigo, quem mora no meu bairro sabe. Quem liga para mim, eu corro atrás. Tem secretário brincando, falando para mim que ia me bloquear, que não aguentava mais ver meu telefone tocar, cobrar, consulta, no social, na educação, na saúde, que eu sei como que é difícil para as pessoas mais carentes. Eu sei a luta que é. Por isso que eu estou aqui, para dar meu sincero sentimento à família, um grande parceiro, um grande amigo que eu perdi. Além de tudo, um ser humano de ótimo coração. Quando as pessoas me ligavam que eu não tinha as condições, ligava para ele e era na hora: "vem aqui, passa aqui, ajuda lá, toma aqui, vai por aqui". Além de tudo, eu perdi um parceiro, um amigo, que me orientava muito. Meu sincero sentimento a toda a família. Nesse momento, acho que ninguém está preparado para passar. Boa noite a todos." **Leandro Marcelo dos Santos:** (sem revisão do orador: 18:43)

“Volto a essa tribuna. Zé, eu também fui procurado sobre a empresa Paulista. E pode contar comigo para a gente estar averiguando essa situação também. Pode contar comigo. E hoje recebi também toda a documentação de vocês, perueiros, está aqui comigo. Eu faço parte da Comissão de Educação Social e Saúde, eu, Tarcísio e o Márcio. Nós vamos analisar tudo isso aqui e como todos os nobres pares dizem que pode contar com eles, então a gente vai estar passando tudo para vocês. Se tiver que fazer alguma coisa com esses documentos, a gente vai providenciar. Pode contar que está nas minhas mãos já, viu, Tarcísio? E a gente vai dar a atenção para vocês necessária. Porque aqui ninguém quer nada de errado. Se não existe um vereador para cobrar também, fica difícil. Então vocês também precisam de atenção. Então o problema maior é a maneira que chega na população as falas nossas aqui. A gente sabe como é que funciona. A gente não é bobo. Mas pode contar comigo e a gente vai sentar por esses dias já para analisar essa documentação. A gente sabe que vocês estão prestes a acabar o contrato, então a gente precisa dar um respaldo para vocês, melhor. E voltando à situação dessa empresa, Zé, gostaria de sentar com você nessa viagem que a gente vai fazer para a gente analisar, dar uma atenção melhor para esses funcionários também, porque é mais uma terceirizada. E ninguém fala, não é? Aí só distorce a fala da gente aqui. E volto a falar, parabéns se a empresa tomar atitude da área azul. Legal. Eu vou subir aqui e vou dar parabéns. Ninguém quer guerra. O mundo já está de saco cheio de gente brigando, um usando a imagem do outro. A gente quer só solução. O que passou lá atrás ficou. Vamos olhar para a frente. A cidade precisa melhorar e muito. Então, eu fico muito tranquilo com as colocações que fazem aí fora. E as costas estão bem calejadas. Boa noite a todos.” **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:46) “Com a palavra, presidente. Olha só, Edna, estive aí conversando com a minha amiga Vereadora Edna, e ela disse que o projeto do que eu falo aqui não tem nada a ver com o que eu estou dizendo. Então eu vou repetir. A prefeitura vendeu lote no Distrito Industrial por 203 reais o metro quadrado em março, aí em agosto ela vende um lote também no Distrito Industrial por 600, por uma empresa que não consegue pagar

o DAS, que são 72 reais por mês, essa empresa comprou por 200 mil, não começou a mexer no local e tem muito tempo ali para ela poder começar a pagar, talvez ela nem consiga fazer o pagamento, porque são três anos para ela iniciar o pagamento. Aí a prefeitura começa a comprar lotes naquela região por 600 reais o metro quadrado. Isso é perigoso. Perigoso. Por quê? Porque aí ela vem alegar que vai comprar um imóvel para fazer uma incubadora, mas o imóvel tem um barracãozinho de 500 metros quadrados, não cabe ninguém. Cabe três incubados. Nós temos 11. Então você vai ter que ficar com o imóvel que vai comprar, gastar um milhão e meio e vai continuar pagando o aluguel do outro porque você não tem onde pôr os outros, porque tem contrato. Agora, eu não pedi, Lourão, para você votar contra, nem para nenhum dos vereadores aqui eu pedi vista do projeto, para que eu possa me aprofundar mais se realmente essa empresa existe, se essa empresa está qualificada. Ela ficou um ano sem pagar a mensalidade da DAS de 72 reais. Todos os vereadores podem se omitir e não me dar a vista, podem, mas depois não vão reclamar no futuro que as pessoas vão utilizar isso, porque é o mínimo, gente, que tenha clareza. Eu só estou pedindo vista, oito dias de vista para eu me aprofundar no projeto, porque ficou estranho. Essa empresa que pegou lá não consegue pagar 72 reais por mês e ela consegue comprar um terreno de 200 mil reais só em Olímpia. Sim, senhor. E aí nós compramos um terreno de dois mil metros quadrados com 50 e de 500 edificado, que não cabe os incubados que a gente já tem. Vamos pôr os incubados onde, doutor Hélio? O senhor falou que era para diminuir o valor do que a gente gasta hoje? Mas vai pôr esses incubados aonde? Vai gastar mais um milhão para construir? Muito obrigado. Deus abençoe a todos. E aos perueiros, sei, meu assessor já está instruído para fazer o requerimento. Eu voto (inint)" Não havendo mais oradores ao tempo da **Liderança**, passa-se ao tempo do **Líder do Prefeito**. Usa da palavra o Vereador: **João Luiz Stellari**: (sem revisão do orador: 18:49) "Boa noite a todos presentes. Boa noite aos perueiros aí que estão enfrentando uma batalha e nós estamos aqui para auxiliar e fazer o possível para sempre colaborar com vocês. Em relação à fala do nosso amigo Tarcísio, é normal, já é de praxe esse

sensacionalismo. Não tem nada a ver o Distrito Industrial III. São áreas diferentes, local diferente, logicamente são valores diferentes. Você não pode pegar um metro quadrado do Themas Parques e comparar com o metro quadrado do Villa Lobos, logicamente vai ter uma desproporcionalidade. Então, não tem nem cabimento o que ele fala. Em relação ao requerimento, o concededor jurídico tem que formular: "eu quero vista do processo, por isso, isso e isso". Ele vem e pede vista: "eu quero vista do processo". Para quê? O processo foi dez dias, será que não deu o tempo para ele ver? Não faz nada, fica o dia inteiro aqui na Câmara, ele poderia ter visto isso daí. Tem que fundamentar: "eu quero vista do processo porque a avaliação não está de acordo". Tem uma imobiliária que avaliou, portanto, outra não sabe nem o que fala. Um monte de besteira aqui jogando a população contra nós. Em relação à Zona Azul, nós já tivemos aqui a Zona Azul, foi exercida pela PRODEM. O valor da Zona Azul cobrado hoje é um valor razoável, 2,50 a hora. Existem as vagas que são designadas aos idosos, aos deficientes. As empresas têm o direito de usar a vaga do embarque e desembarque, de descarga e descarga, onde não é cobrado. Nós estamos intermediando para tentar ver uma carência, uma tolerância, não sei como ela vai ser feita, porque você já tem que estacionar e recolher. Essa tolerância, se você estiver numa loja, você vai ter que sair, demorou mais que 10 minutos. E a cobrança dos comerciantes em relação à implantação da área azul, era grande, tanto é que se a gente sair hoje perguntando nas lojas, em muitos locais, (bancos) [00:51:45] principalmente, estão todo mundo satisfeitos, não tem ninguém reclamando de não ter ocupação, porque eu acho que era uma vergonha você pegar um funcionário do banco, ter dez vagas ocupadas pelos funcionários que vêm de carro. E o usuário tem que parar três, quatro quarteirões para poder ir no banco usar o caixa eletrônico cinco minutos. Então acho que tem que ser avaliado em relação à tolerância, e as lojas têm que ter o incentivo. Quem entrou na loja, vou te dar como benefício aqui, você vai ter a gratuidade da Zona Azul, como faz São José do Rio Preto. Lá é sete reais, aqui nós pagamos 2,50. Se você entrar numa loja lá, eles costumam te reembolsar a área azul. Acho que os

comerciantes têm que estudar uma forma aqui também de se adequar. Não é só cobrar a nós, é também se adequar. Boa noite a todos, obrigado." A seguir, não havendo mais oradores inscritos aos três minutos regimentais às Lideranças, nos termos regimentais, é feita a chamada e, verificado haver número regimental, tem início a **ORDEM DO DIA**. Continuando os trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal, entra em discussão de segundo turno, o Projeto de **Lei Complementar nº 348/2024**, Avulso nº 11/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a instituição do Quadro Especial em Extinção da Autarquia DAEMO a Lei Complementar nº 138, de 11 de março de 2014, que dispõe sobre a estruturação do plano de classificação de cargos da Prefeitura do Município de Olímpia, e dá outras providências. Com a palavra, o Senhor Presidente informa, que nos termos do inciso VII do artigo 199 do Regimento Interno, o Projeto necessita, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos Membros da Câmara, ou seja, seis (06) votos dos Edis presentes. Ainda com a palavra, o Senhor Presidente informa que o referido Projeto foi aprovado em primeira discussão e votação de primeiro turno na Sessão Ordinária do dia quatro de março de dois mil e vinte e quatro. Usam da palavra os Vereadores: **Hélio Lisse Júnior**: (sem revisão do orador: 18:57) "Eu gostaria de manifestar e declarar o voto. A Edna esteve presente nessas reuniões que se tratou da adequação dos funcionários do Daemo, após a sua concessão, ao quadro municipal, à prefeitura, de forma que essa lei vem fazer adequação e dar a segurança jurídica àqueles funcionários hoje no quadro da prefeitura. Esclarecendo que nenhum, nenhum dos funcionários da Daemo, a concedida, está em casa ou está fora de atividade. E outra coisa também, uma observação dos vereadores que participaram da reunião era saber se não haveria perda de vencimentos. Isso está garantido. Então dessa forma eu voto nesse projeto, faço a declaração, dou voto oficialmente porque realmente é o que necessita para dar um alento, uma segurança jurídica aos funcionários do Daemo, que foi concedido. Muito obrigado." **Edna**

Marques da Silva: (sem revisão do orador: 18:58) "Só complementando o que o Hélio disse, eu acompanhei bastante as reuniões em relação a esse trâmite dos servidores do Daemo para a prefeitura, e além de toda essa segurança, também que ficou constatado que nenhum servidor vai ficar em desvio de função. Todos eles estão preenchendo dentro daquelas atribuições que eles têm dentro do cargo. Então nenhum está em desvio de função. Então todos os servidores foram alocados na prefeitura e sem desvio de função. E a questão que foi levantada semana passada que era em relação ao motorista, a nossa lei municipal - o João lembrou até o artigo que eu não lembro agora - a própria lei municipal fala que o funcionário, acho que o oficial de rede, quando ele faz a função de motorista por mais de 15 dias, a nossa lei municipal já garante a ele os 30%. Não é dirigir o caminhão 5 minutos, ele vai ter 30%, não é isso. Quando ele faz esse serviço de motorista, que é uma das funções dele, é uma das atribuições dele, quando ele faz por mais de 15 dias, ele tem o direito à gratificação dos 30%, que foi o que tinha ficado na dúvida." **Leandro Marcelo dos Santos:** (sem revisão do orador: 19:00) "Como já havia votado contra na semana passada, eu continuo com o meu voto contra. Por ter esse projeto vindo lá com sérios problemas, então - não tenho nada contra os colegas - eu voto contrário e gostaria que constasse em ata." Não havendo mais oradores, o Projeto de Lei Complementar nº 348/2024 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por 06 (seis) votos favoráveis e 03 (três) votos contrários dos Edis presentes no plenário. Os Vereadores Leandro Marcelo dos Santos, Márcio Henrique Eiti Iquegami e Tarcísio Cândido de Aguiar votaram contrário. A seguir, nos termos do Artigo 206 do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto de Lei Complementar nº 348/2024 **aprovado** em **Redação Final**. Continuando os trabalhos, o Senhor Presidente informa o Plenário que o Vereador Tarcísio Cândido de Aguiar apresentou o Requerimento nº 103/2024, e que os Senhores Vereadores possuem cópias, solicitando vistas ao Projeto de Lei nº 6068/2024, avulso nº 12/2024, e autoria do Executivo, que autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir bem imóvel através de desapropriação amigável

e/ou judicial e dá outras providências. Ainda com a palavra, o Senhor Presidente informa que de acordo com o Parágrafo Único, artigo 185 do Regimento Interno o requerimento está é colocado em discussão. Usam da palavra os Vereadores: **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 19:02) "Meu amigo Stellari foi no plenário e falou na tribuna que um Distrito Industrial não tem a ver com o outro. Então eu vou dizer que isso é um (leigo) [01:02:33] engano. Porque a lei do PDO, que é a lei 4.700..." Com a palavra, o Senhor Presidente: **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 19:02) "Nobre vereador, por favor, não é o projeto que está em discussão, é o requerimento. Sobre o requerimento." **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 19:02) "Sim, é sobre o requerimento, isso. O senhor vai deixar eu concluir?" **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 19:02) "É que o senhor está falando sobre o projeto que já usou a palavra na tribuna." **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 19:02) "Mas eu não requeri vista?" **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 19:02) "Vou repetir para o senhor, o Regimento Interno coloca o requerimento em discussão, não o projeto." **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 19:03) "Isso, eu não fiz o requerimento de vista? E eu estou falando por que eu estou requerendo, porque a Edna falou que eu não justifiquei. Obrigado, presidente. Então olha só, o líder do prefeito foi na tribuna e falou que um Distrito não tem nada a ver com o outro. Isso é uma grande mentira, porque a lei do PDO, que é a lei que fala sobre o Programa de Desenvolvimento Econômico de Olímpia, ela fala dos três distritos, sim. Um distrito tem tudo a ver com o outro, inclusive são anexos. O III, o II e o I, e ali a prefeitura vende no Distrito II... no Distrito III, desculpa, um terreno com metro quadrado de 200 reais e ela começa a comprar no Distrito II por 600. É isso que eu não estou entendendo. É isso que eu estou falando com meus pares. Por favor, eu quero vista para ter tempo de eu verificar isso. Lourão, eu não quero que você tire o projeto, não precisa. Agora, por que a prefeitura vendeu em março a 200 reais o metro quadrado e começou a comprar em setembro a 600? Não dá para a gente engolir isso. Meus pares, é vista. Será que o

vereador nessa casa de leis não tem a oportunidade de ficar uma semana com o projeto pra ele averiguar? Será que nós estamos de joelhos assim ao Executivo, que eu não tenho a possibilidade nessa casa de leis de poder ver o projeto uma semana mais? Eu não pedi para tirar. Edna, Zé, Marcelo, Lourão, para eu ter vista, por favor. Depois o projeto, em uma semana ele volta. Se os senhores acharem que eu não tenho razão, os senhores votam favorável. O que eu estou pedindo, João Paulo, é para ver o projeto e ter mais tempo para analisar, e aí sim, eu vou trazer algo mais concreto para os senhores. Primeiro, porque eu falei para o Hélio, não dá para pôr os 11 incubados da incubadora hoje no local novo. Nós vamos pôr onde? A gente vai só onerar o município, vai pagar o aluguel e vai pagar também o prédio novo. Até se construir - se é que se constrói esse ano - aí ele quer construir tudo esse ano? Que jeito que vai fazer essa incubadora esse ano? Por favor, gente. Pelo amor de Deus. E não tenho projeto, não tenho nada. Como é que vai ser a incubadora nova? Cadê o projeto? Não temos nada, senhores. Então, é isso que eu peço, a oportunidade de ter mais tempo. Eu só peço a oportunidade dos pares para que eu possa averiguar melhor esse projeto, por favor.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 19:05) “Só com relação ao requerimento, o João Luiz Stellari, que é líder do senhor prefeito, requerimento de vista do projeto, só para lembrar ao nobre vereador que o projeto foi entregue nessa casa no dia 23 de fevereiro. Teve tempo para o senhor fazer toda a análise. Agora, quando se lança um distrito industrial tem versões na concepção do loteamento do distrito, lotes de valores diferentes. O senhor sabe disso. Lá não é padronizado em metragem e valor. Quando se concebe o distrito, há divergência de valores. Então, esse imóvel de 2250 é diferente de um imóvel de 500 metros quadrados. Então, na concepção, os valores são variáveis. No lançamento do Distrito, é isso que às vezes o senhor está indignado, mas o senhor sabe disso. Encerro a minha palavra.” **João Luiz Stellari:** (sem revisão do orador: 19:07) “Senhor presidente, nós estamos discutindo apenas o pedido de vista, que automaticamente tira ele de votação para que se apresente uma emenda.” **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador:

19:07) "Não, uma emenda não." **João Luiz Stellari:** (sem revisão do orador: 19:07) "O senhor quer vista para quê? Para ver o processo? Senhor presidente, quando nós fazemos uma indagação, nós temos que ter a fundamentação legal e o embasamento de para quê que o senhor quer. Se todo mundo pedir vista aqui em todos os processos sem justificar ao bel prazer, nós vamos ficar aqui seis meses para acabar, para cumprir a pauta. Então por isso que eu voto ao contrário, porque se ele justifica tudo isso dentro das vistas, eu poderia até ser favorável, mas não tem nada. Está pedindo vista pra quê? Por isso que eu voto contrário. Não sou contra a ideia dele, não." **Edna Marques da Silva:** (sem revisão do orador: 19:08) "Vereador Tarcísio, quando eu questionei que você não justificou, que quando você entrou com o pedido de vistas, seria muito fácil eu olhar e ver qual era a tua justificativa e também ir no processo, no projeto e ver. Foi protocolado aqui dia 23 de fevereiro. Se até agora o senhor nem justificou, agora nós vamos pegar a vista, o senhor está falando que não tem nenhuma emenda para apresentar ao projeto. Oito dias ele já ficou aqui na casa. Eu não vou pedir a vista porque eu não tenho nada para acrescentar aqui no projeto. Por isso que eu não vou pedir a vista." O Senhor Presidente submete o Requerimento nº 103/2024. Realizada a votação constatou-se que o mesmo foi rejeitado por 07 (sete) votos contrários e 02 (dois) votos favoráveis dos vereadores presentes no plenário. Votaram contrário os Vereadores Edna Marques da Silva, Hélio Lisse Júnior, Héilton de Souza, João Luiz Stellari, João Paulo Morelli, José Roberto Pimenta e Leandro Marcelo dos Santos. Votaram favorável os Vereadores Márcio Henrique Eiti Iquegami e Tarcísio Cândido de Aguiar. Dando continuidade aos trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal, entra em **segunda discussão**, o **Projeto de Lei nº 6068/2024**, avulso nº 12/2024, de autoria do Executivo, que autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir bem imóvel através de desapropriação amigável e/ou judicial e dá outras providências. Com a palavra, o Senhor Presidente informa o Plenário que o Projeto

necessita do voto favorável de dois terços dos Membros da Câmara, nos termos do artigo 200, inciso X, do Regimento Interno, para sua aprovação, ou seja, 07 (sete) votos. Ainda com a palavra, informa que de acordo com artigo 18, inciso I, alínea e, item 2 do Regimento Interno, o presidente tem direito a voto. Usam da palavra os Vereadores: **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 19:11) "Eu gostaria de explicar esse projeto que gera alguma polêmica mas a prefeitura tem um projeto de incubadora de empresas. Essa incubadora de empresas é para dar suporte àquele pequeno empresário porque no início da sua atividade é muito difícil ele se solidificar. E nós temos lá, pagando aluguel de 5 mil reais, não é, senhor secretário, o antigo prédio que era da fábrica de móveis e esse prédio, ele está completamente detonado. Ou seja, telhado, chovendo, rede de água, rede de esgoto, piso, paredes trincadas. Então, a municipalidade ia ter que gastar mais ou menos um milhão de reais para adequar e colocar as empresas que não têm condições de receber. Ocorre que esse terreno que nós estamos propondo a compra, que é uma aquisição de um prédio mais bem estruturado onde era a fábrica de carrocerias Nunes. Ali está bem estruturado, tem 500 metros de área construída e ali cabe as empresas da incubadora e com pouco recurso a gente adequa para pôr mais, para dobrar a capacidade das empresas. Então eu acho que esse projeto é um projeto importante. É um projeto para aquele que quer iniciar na vida de empresário, que sente as dificuldades, principalmente que lá não se paga aluguel, para ele começar a dar os primeiros passos e ter suporte para se solidificar. Então declaro o voto e acho que estamos no caminho certo, com certeza." **José Roberto Pimenta:** (sem revisão do orador: 19:13) "Eu creio que esse projeto é muito importante para o município. Os microempresários às vezes têm um projeto, têm um sonho de realizar, mas não têm condições financeiras de alugar o seu primeiro empreendimento. Isso vem de encontro àquele microempresário que tem um sonho de montar uma empresa e ali ele encontra um espaço que ele possa montar e crescendo e depois ele pode sair dali e encontrar um espaço para ele, ou uma construção, ou uma alocação, mas para ele dar os seus primeiros passos. Então é muito importante para a Prefeitura,

através da Secretaria. Quero parabenizar o Rubinho por essa aquisição junto com a Prefeitura, Fernando também que está ali, secretário, sempre nos atende também, muito obrigado. Parabenizar a Secretaria. Isso é muito importante para os microempresários, pois eles tendo esse suporte, com certeza, eles vão ganhar esse espaço para fazer o trabalho, essa iniciativa, e o município também. Eu estive acompanhando, tem empresas que vão montar charcutaria, o Rubinho aquele dia também falou de uma empresa que é um trabalho inédito na região, que vai fazer um trabalho de garapa que vai produzir e vai poder ficar armazenado, então você vê que são iniciativas usando a criatividade das pessoas de Olímpia. Então parabéns por essa aquisição, com certeza dali vão sair muitos empresários.” **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 19:15) “Zé, realmente o mérito do projeto não discuto, discuto a forma porque esse barracão é um engodo, é um barracão pequeno, não consegue hoje absorver nem os incubados que nós já temos, você vai passar aí a ter que fazer a reforma dele. Se for expandir tem que fazer novos barracões para absorver o que nós já temos hoje e nós não temos tempo para isso neste mandato. Então essa compra não se concretiza no nosso mandato e que isso fique bem claro, porque nós estamos em final de março e a partir de 2 de julho não se consegue fazer mais nenhum tipo de licitação nesse município. Acho que vocês sabem muito bem disso. Você conhece a lei eleitoral, a Edna conhece, o Hélio conhece. Então nós vamos comprar um barracão que pode ter outra finalidade, um barracão, um terreno, no futuro. E sem deixar aqui de lembrar que o município vende terreno a 200 reais o metro quadrado e está comprando por 600 então nós temos aí um superávit, um inflacionamento de 300%. E tem tudo a ver o Distrito Inicial III, II e I, porque a lei de desenvolvimento econômico do município é a mesma para os três. Então é importante que fique claro, pode votar, fazer o que vocês quiserem, mas depois vocês não vão alegar desconhecimento dos fatos que eu estou dizendo aqui hoje. E o dia que eu subir naquela tribuna e dizer que a justiça, mais uma vez reverteu uma decisão desta casa, porque assim o farei, vocês não vão ficar com aquela carinha de que não sabiam, de que não viram, de que ninguém viu,

ninguém percebeu, que eu não falei aqui. Porque, de novo, eu estou falando de um erro crasso, 300% de faturamento num terreno que fica a 200 metros do outro. E aí o vereador vai falar que não tem nada a ver? Que o Distrito Industrial III, II e I não é a mesma coisa? Vocês estão em cidade? Que planeta? É 300% de inflação da venda para compra. E o dia que eu subir na tribuna e a justiça mudar isso, que eu vou judicializar, vocês não vêm falar que vocês não sabiam, porque nós estamos usando aqui o tempo do povo, o dinheiro do povo, para comprar algo que nós vendemos por três vezes menos. Vocês sabem o que é isso? Gente, é o dinheiro do povo, não é meu não. Pelo amor de Deus, Câmara Municipal de Olímpia, eu quero vista. Eu queria vista, não posso mais, de um processo que eu vou judicializar e depois nós vamos conversar aqui na casa. Vou mostrar para vocês que eu tinha razão.” **João Luiz Stellari:** (sem revisão do orador: 19:18) “O nobre colega, primeiro ele alegou o fisco que a empresa não paga, que comprou, que não tem nada a ver conosco. Mas tudo bem, como é de costume ele atropelar todos os projetos, a gente nem estranha. Distrito Industrial I fica próximo ao Hot Beach, Distrito Industrial II também, o III fica na Cecap. O projeto de implantação das empresas são os mesmos, não tem nada a ver com a distribuição territorial de cada empresa. Cada empresa necessita de um tamanho de terreno e paga por isso. Se em 2023 houve - depois da pandemia, nós pegamos uma pós-pandemia - se houve uma avaliação, se houve uma venda menor, isso não quer dizer que eternamente, perpetuamente vai seguir o mesmo valor. Os valores são variáveis de acordo com o tamanho do terreno, como frisou bem o Hélio, e quanto ao local. Você pegar um terreno de frente para uma avenida, ele vai ter uma valorização. Você pegar um terreno encravado no meio de um loteamento, e dependendo da atividade que estiver perto, ele vai desvalorizar. Então, isso daqui não tem nada a ver. E outra coisa, a prefeitura está fazendo isso para quê? Para que ela se exonere de pagar aluguel. Ela vai fazer uma coisa que é dela. Quem tiver implantado lá, que são as empresas, eles vão ter que devolver para o município mais cedo ou mais tarde. Então, isso vai fazer parte para o município. Enquanto o imóvel locado não faz. A hora que ele devolver, vai devolver para o dono.

Se o dono falar que não vai alugar mais, que quer o imóvel de volta, vai voltar para ele. O investimento que o município vai fazer não tem retorno. Ele tem condições de fazer um investimento melhor e uma distribuição melhor para aqueles que vão ser incubados de acordo com o imóvel que ele tem. O município pode fazer uma estruturação lá dentro porque é dele. E lá, em compensação, no que está alocado não pode. Ele fica vedado de várias coisas, barrado. Então é por isso que eu voto favorável. Acho que é um projeto louvável que demorou para vir aqui. Se ele vai ser implantado na próxima gestão ou não, isso não é problema nosso. Quem sabe o nobre vereador se eleja prefeito e ele possa implantar isso. Então nós temos que cumprir a nossa obrigação agora, o futuro não pertence a nós." Não havendo mais oradores, o Projeto de Lei nº 6068/2024 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por 09 (nove) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário dos vereadores presentes. Votou contrário o Vereador Tarcísio Cândido de Aguiar. A seguir, nos termos do Artigo 206, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado** em **Redação Final**. Dando continuidade aos trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal, entra em **segunda discussão**, o **Projeto de Lei nº 6069/2024**, avulso nº 13/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de créditos suplementares. Não havendo oradores, o Projeto de Lei nº 6069/2024 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade. A seguir, nos termos do Artigo 206, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado** em **Redação Final**. Assume a presidência o Vereador Hélio Lisse Júnior. Dando continuidade aos trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal, entra em **segunda discussão**, o **Projeto de Lei nº 6067/2024**, avulso nº 10/2024, de autoria do Vereador Renato Barrera Sobrinho, que

institui no Município da Estância Turística de Olímpia as "Festividades do Santuário Nossa Senhora Aparecida" em honra a Padroeira do Brasil" e dá outras providências. Usam da palavra os Vereadores: **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 19:25) "Eu, na sessão passada, eu explanei sobre esse projeto, foi instituído o Santuário Nossa Senhora da Aparecida, em honra à padroeira do Brasil aqui em Olímpia. E nada mais justo agora que a gente, conversando com os membros daquela paróquia, havia um anseio para que instituísse uma determinada data e para que eles pudessem fazer as festividades em nome do Santuário. Diante dessa manifestação de alguns membros daquela paróquia, tomei a iniciativa de fazer esse projeto, instituindo na primeira quinzena de outubro a semana de festividade do Santuário Nossa Senhora da Aparecida, em honra à padroeira do Brasil, dando a oportunidade daquele local ser utilizado para a evangelização e os eventos ali feitos, o recurso nesta semana ser revertido a favor daquela paróquia para ser investido para as famílias, em especial as famílias mais carentes. Como eu disse na sessão passada, peço aos novos vereadores o voto para que a gente possa instituir no calendário de Olímpia as festividades do Santuário Nossa Senhora da Aparecida em honra ao padroeiro do Brasil." **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 19:27) "A gente acredita que com essas festividades do Santuário de Nossa Senhora Aparecida, ele vai ter uma boa ascensão. Ele vai, com o passar dos anos, cada ano melhorar o público, é o turismo religioso, que é muito forte em Aparecida, muito forte em Trindade, em Goiás e quem sabe em Olímpia também nós vamos ter a oportunidade de receber vários romeiros, várias pessoas que vêm fazer o turismo religioso. Isso é bom para a cidade. A partir do momento que você cria a data específica para a realização, você reserva aquela data para que possa fazer as festividades sem interferência. Parabéns, eu acho que o caminho é esse, você tem acertado nas suas proposituras. Um abraço, obrigado pela fala." Não havendo mais oradores, o Projeto de Lei nº 6067/2024 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade. A seguir, nos termos do Artigo 206, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o

Projeto **aprovado** em **Redação Final**. Reassume a presidência o Vereador Renato Barrera Sobrinho. Dando continuidade aos trabalhos, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer nº 14/2024**, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Lei nº 6071/2024**, avulso nº 16/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre permutas de áreas de propriedade do Município da Estância Turística de Olímpia por áreas pertencentes a Sebastião de Matos Silva e Suzana Lima da Silva; Cláudia Alexandra Correia Afonso Lopes; Sebastião Fidécio de Oliveira e Maria D'Arc de Oliveira, e autorização legislativa para a extinção de débitos tributários e dá outras providências. Com a palavra, o Senhor Presidente informa que o projeto necessita do voto favorável de dois terços dos Membros da Câmara nos termos do artigo 200, inciso X, do Regimento Interno, para sua aprovação, ou seja, 7 (sete) votos. Ainda com a palavra, informa que de acordo com artigo 18, inciso I, alínea e, item 2 do Regimento Interno, o presidente tem direito a voto. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Leandro Marcelo dos Santos**: (sem revisão do orador: 19:31) "Eu gostaria que o nosso amigo Stellari, líder, explicasse esse projeto pra mim, fazendo o favor, que eu dei uma perda aqui, se ele puder." **João Luiz Stellari**: (sem revisão do orador: 19:32) "Marcelo, esse projeto é para que possa ser feito o Anel Viário, a extensão do Anel Viário. O que acontece? Você não tem opção de desviar ele, então você tem que fazer desapropriação de alguns lotes para que ele possa dar continuidade e dar o tamanho necessário para a implantação. É o Anel Viário esse projeto." **Tarcísio Cândido de Aguiar**: (sem revisão do orador: 19:32) "Aqui, Marcelo, infelizmente são dois pesos e duas medidas. A Edna falou que não votava a favor de eu ter a vista e o (inint) [01:32:58], porque eu não fiz a justificativa. A prefeitura manda um projeto sem projeto. O senhor está vendo o projeto aqui do Anel Viário, como vai ser, quanto vai custar, onde ele é de verdade, quanto tempo ele vai demorar para ser construído? Então é um projeto sem projeto, entendeu? Está desapropriando, mas eu não estou vendo aqui o trecho do Anel Viário, eu não estou vendo aqui a

desapropriação, eu não estou vendo o projeto. Então eu queria entender isso aí. Por isso que eu sou contrário a esse projeto. O dia que ele me mandar o projeto bonitinho, o desenho, para que a gente possa analisar. O senhor está conseguindo analisar, Marcelo? Eu não estou conseguindo analisar, não estou conseguindo ver o projeto. Então olha só, a finalidade da permuta que trata a lei em razão, o artigo 17 da lei orgânica, é de interesse público envolvido, de conveniência administrativa e pela necessidade de implantação de Anel Viário para o atendimento da população, sendo essas características apresentadas pelos imóveis de propriedades particulares devendo prevalecer o interesse público, é o que diz a lei. Essa propositura não apresenta qualquer projeto que possa permitir ao vereador a visualização do Anel Viário. De forma genérica, o artigo 17, no projeto 60/2024, usa os termos interesse público de conveniência administrativa sem nos permitir por meio da análise do projeto do Anel Viário verificar aquilo que o próprio projeto alega. Então não é possível de forma genérica eu analisar o alegado. Esse projeto de lei deveria vir, no mínimo, acompanhado do projeto arquitetônico do Anel Viário, mostrando prazos, valores, local, para que a Câmara dos Vereadores pudesse de fato ter embasamento. Então, aqui são dois pesos e duas medidas. Se o vereador justifica na tribuna, não é algo justificável. Agora, o projeto de lei do Executivo vem sem nada, vem cru. Cadê o mapa, pelo menos? Um desenho, para a gente saber onde vai ser, quanto vai custar, o tempo que vai levar. Vem sem nada. E a Câmara prova de olho fechado.” **Edna Marques da Silva:** (sem revisão do orador: 19:35) “Uma questão de ordem, Presidente. Esse projeto não veio na semana passada quando a gente deliberou? Não estava anexado?” **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 19:35) “Deliberou.” **Edna Marques da Silva:** (sem revisão do orador: 19:35) “Estava anexado quando a gente deliberou. Você estava na sessão, vereador. Está anexado no projeto.” **João Luiz Stellari:** (sem revisão do orador: 19:35) “Senhor Presidente, o nobre colega, eu acho que ele não está atualizado. Foi disponibilizado para todos os vereadores um mapa. Só que tem um detalhe, que ele, logicamente, sabe e entende, nós estamos votando a desapropriação. Nós não temos

a área ainda. Nós não temos levantamento de custo. Nós temos que ter a área. Depois, como você vai fazer uma casa sem o terreno? Então nós estamos aqui votando a aquisição, a permuta para ter a área. Isso depois, ele vai discutir depois lá na frente. Ele já quer discutir quanto vai gastar, o que vai gastar. Nós não sabemos se vai ter que fazer alguma modificação. Nós temos um projeto aqui, já tem uma pré-aprovação, que é a intenção. É isso aqui que nós precisamos. Para fazer isso, nós precisamos dessa área. É isso que nós estamos aqui votando, a área, nós não estamos votando projeto nenhum. A área vai ser para quê? Qual que é a justificativa? Para que seja feito o Anel Viário. É uma discussão. Depois lá na frente é outra coisa.” Não havendo mais oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por 08 (oito) votos favoráveis e 02 (dois) votos contrários dos Edis presentes em plenário. Votaram contrário os Vereadores Leandro Marcelo dos Santos e Tarcísio Cândido de Aguiar. Dando continuidade aos trabalhos, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer n° 15/2024**, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Resolução n° 305/2024**, avulso n° 15/2024, de autoria da Mesa Diretora, que regulamenta a aplicação da Lei Federal n° 13.709, de 14 de agosto de 2018, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em plenário. A seguir, nos termos regimentais o Senhor Presidente informa que a próxima Sessão Ordinária será realizada no dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e quatro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, “Sob a Proteção de Deus”, declara encerrados os trabalhos da presente Sessão Ordinária. Do que, para constar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Mesa.--.--.--.--.--.